



**PARECER PRÉVIO Nº 31/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 10965/2014.**

**Aposos:** Processos nºs 12573/2014, 11325/2014 e 13342/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Boca do Acre.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsável:** Sr. Antônio Iran de Souza Lima, Prefeito Municipal de Boca do Acre, à época.

**6- Advogado:** Não possui.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1300/2016-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.856/865).

**9- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhida, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal a **Aprovação com Ressalvas** das contas anuais da Prestação de Contas da Prefeitura do Município de Boca do Acre de responsabilidade do **Sr. Antônio Iran de Souza Lima**, ex-Prefeito e Ordenador de Despesas, relativa ao exercício de 2013, nos termos do inciso II do artigo 1º e inciso II do artigo 22 da Lei estadual nº 2.423/96, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do artigo 24, c/c o artigo 72, II, todos da Lei Estadual nº 2.423/96.



**PARECER PRÉVIO Nº 31/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 11- Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 23 de Maio de 2017.  
**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.  
**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.  
**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em substituição

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 31/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 10965/2014.**

**Aposos:** Processos nºs 12573/2014, 11325/2014 e 13342/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Boca do Acre.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsável:** Sr. Antônio Iran de Souza Lima, Prefeito Municipal de Boca do Acre, à época.

**6- Advogado:** Não possui.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1300/2016-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.856/865).

**9- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2013.

Regularidade com Ressalvas. Multa.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas da Prefeitura do Município de Boca do Acre de responsabilidade do **Sr. Antônio Iran de Souza Lima**, ex-Prefeito e Ordenador de Despesas, relativa ao exercício de 2013, com determinações à Origem:

**10.1.1.** Mantenha todos os documentos contábeis, jurídicos, processos licitatórios e os comprovantes de despesas na sede da Prefeitura, sob pena de novamente a despesa executada ser glosada por este TCE/AM;

**10.1.2.** Encaminhe pelo sistema SAP os dados necessários à apreciação da legalidade dos atos de pessoal pelo



**ACÓRDÃO Nº 31/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas,  
observando o disposto na Resolução TCE/AM nº  
16/2009;

- 10.1.3.** Implemente rotinas de controle suficientes para manter atualizados os registros funcionais dos servidores;
- 10.1.4.** Atualize os registros cadastrais das empresas que participam de processos licitatórios, em conformidade com o artigo 36, § 1º, e artigo 37 da Lei federal nº 8.666/1993;
- 10.1.5.** Observe rigorosamente as regras da Lei Municipal nº 106/1993, art. 1º e 2º, inciso I, com as alterações da Lei Municipal nº 162/2001, em relação as prestações de contas das diárias do Poder Executivo;
- 10.1.6.** Não atrase o envio das informações ao sistema e-contas, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução nº 07/02-TCE, c/c Resolução nº 10/2012-TCE/AM;
- 10.1.7.** Adote os procedimentos necessários à identificação e quantificação dos valores individualizados dos contribuintes devedores, para cobrança por meio de processos administrativos e/ou judiciais, sob pena das sanções do §1º do art. 22, da Lei estadual nº 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c a alínea “e” do inc. III do § 1º do art. 188 da Resolução nº 04/2002 do TCE/AM;
- 10.1.8.** Nas licitações e contratos, observe todas as regras estipuladas pela Lei Federal nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8.666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I, da Lei federal nº 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, §1º, da Lei federal nº 8.666/93), laudo de vistoria (art. 67, §1º, da Lei federal nº 8.666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei federal nº 8.666/93), entre outras;



**ACÓRDÃO Nº 31/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.1.9.** Em caso de emergência, que só sejam adquiridos objetos necessários ao atendimento dessa situação, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei federal nº 8.666/93;
- 10.1.10.** Realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei federal nº 8.666/93;
- 10.1.11.** Utilize a modalidade licitatória conforme o caso, a fim de não violar o §5º do art. 23 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 10.1.12.** Adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88;
- 10.1.13.** Atenda ao art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei nº 2.423/96 que estabelece a Criação de Controle Interno no âmbito Municipal;
- 10.1.14.** Cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei estadual nº 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
- 10.1.15.** Cumpra com rigor a Lei Federal nº 8.666/93 em especial: a) Formalização do procedimento de licitação dispensa e/ou inexigibilidade; b) Formalização dos Contratos firmados; c) Conste nos autos o Decreto de nomeação da Comissão de Licitação; d) Que faça constar nas notas de empenho no mínimo; d.1) número do processo e modalidade de licitação; d.2) elemento de despesa, sub elemento, classificação econômica, fonte, saldo do empenho; d.3) nome empresarial do credor e a CNPJ do credor; d.4) campo específico do valor unitário e quantidade; d.5) número do empenho sequencial e crescente; e) Que os processos de pagamentos sejam numerados sequencialmente e estejam acompanhado das



**ACÓRDÃO Nº 31/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

respectivas nota fiscais, ordem bancárias, nota de liquidação da despesa, certidões negativas do credor etc.;

- 10.1.16.** Observe as regras relacionadas à Lei Federal nº 4.320/64, em especial as regras que tratam do patrimônio (capítulo III);
- 10.1.17.** Atenda com rigor os artigos 14, 16, 20 e 26 da Lei Federal nº 8.666/93 que versam sobre as compras da Administração Pública, bem como da formalização dos processos nos moldes previstos no art. 38 do mesmo diploma legal;
- 10.1.18.** Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do § 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM;
- 10.1.19.** Recomende à origem adotar e implementar rotinas de controle suficientes para manter atualizados os registros funcionais dos servidores;

- 10.2. Aplicar Multa ao Sr. Antônio Iran de Souza Lima, ex-Prefeito e Ordenador de Despesas, no valor de R\$ 9.864,27 (nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos) (9x R\$1.096,03), nos termos do art. 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ pelo não envio dos dados referentes aos balancetes, demonstrações contábeis e documentos de ato de gestão (contratos, notas de empenho e etc.) de forma informatizada a esta Corte de Contas, contrariando o que dispõe o art. 4º da Resolução TCE nº 10/2012. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.**

- 11- Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 23 de Maio de 2017.



**ACÓRDÃO Nº 31/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.
- 14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em substituição

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral